

PORTARIA Nº 40, DE 25 DE OUTUBRO DE 1994

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE:

1. Durante o transcurso de prazo recursal, somente poderão retirar processos da Secretaria, advogados com procuração nos autos.
2. Sendo o prazo comum às partes, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição, poderão os seus procuradores retirar os autos (art. 40, § 2º, do CPC).
3. Ocorrendo obstáculo judicial pela retirada do processo por uma das partes, a Subsecretaria certificará as datas de entrega e de devolução dos autos, para efeito de exame, pelo Ministro, de eventual requerimento de restituição do prazo (CPC, art. 180).
4. A decisão que deferir a restituição do prazo deverá ser publicada para conhecimento das partes, passando a fluir, de então, o prazo que foi restituído.
5. As requisições de processos pelo Ministério Público só deverão ser atendidas após o decurso do prazo para a parte sucumbente.
6. O pedido de restituição de prazo deverá ser feito na fluência deste.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MINISTRO WILLIAM PATTERSON